

CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Ata de nº 25 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne aos **onze dias do mês de dezembro de dois mil e oito**, às quinze horas e quarenta e oito minutos no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, sob a Presidência do Sr. Luiz Mota de Souza. **Registram-se as presenças dos seguintes Conselheiros:** 1. Maria Luíza Jaccoud de Andrade, titular do CREA; 2. Bruno S. Lima, suplente do CREA; 3. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE; 4. Hélio Carlos Campos Santos, suplente da Diocese; 5. Cláudia Coutinho Rocha Bandeira, titular do Sindicato Rural; 6. Vera Lúcia da Paz, titular da TRAMIRIM; 7. Neila Madeira de Azevedo, titular da ADESA; 8. Adriana Grillo Carreiro Sader, titular do CRECI; 9. Mario Cezar do Nascimento Moreira, suplente da FAMMOPOCI; 10. Angela da Paula Barboza, titular da Câmara Municipal; 11. Guilherme Gomes de Souza, titular do IBAMA; 12. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF; 13. Luiz Mota de Souza, titular da SEMPLO, Maria Goreth Cabral Pereira Camisão, suplente da SEMPLO; 14. Luana Cristina Silva Fonseca, suplente da Secretaria Municipal de Saúde; 15. Lena Mara de Lima Bandeira, suplente da Secretaria Municipal de Educação; 16. Paulo Henrique Thiengo, titular da Secretaria Municipal de Arte e Cultura; 17. José Gomes Rangel Netto, titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; 18. Valério Raymundo, titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Ausentes os representantes das seguintes instituições:** 1. ACISCI; 2. Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim; 3. SINDIROCHAS; 4. SINDIMÁRMORE; 5. Centro Universitário São Camilo; 6. SEBRAE; 7. Departamento de Fiscalização de Obras; 8. Secretaria Municipal de Governo; 9. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 10. CEFETES. **Presentes os seguintes membros da Câmara Técnica:** 1. Débora Maria Moura, suplente do Poder Público; 2. Jairo Freitas Di Giorgio, titular do CREA Glória Maria Machado O. Assis, suplente do CREA. **Ausentes os representantes das seguintes instituições:** 1. CEFETES; 2. AABRI. Havendo quorum, o Presidente, declara aberta a reunião anuncia que se trata de reunião extraordinária solicitada pelas associações de moradores dos Bairros Paraíso e Amarelo com objetivo de tratar assunto referente à construção do Viaduto naquela localidade, diz que convidou também o representante do DNIT e que o mesmo não pode comparecer por não estar pronto o projeto, Sr. Luiz diz ainda que os imóveis localizados no entorno da suposta obra estão sendo avaliados para provável desapropriação. Convida o representante da Associação de moradores do Bairro Amarelo, Sr. Robson Luiz de Freitas que inicia sua fala dizendo que já estão na luta contra a construção do Viaduto há 07 (sete) meses, que não desejam sua construção, pois é desnecessária e ainda causa impactos diversos, diz que esta obra é produto da vaidade de políticos, o deputado Camilo Cola e não da necessidade, diz que não é contra o desenvolvimento, mas que não possuem explicação justa para

Luiz Mota

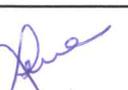
CCRB



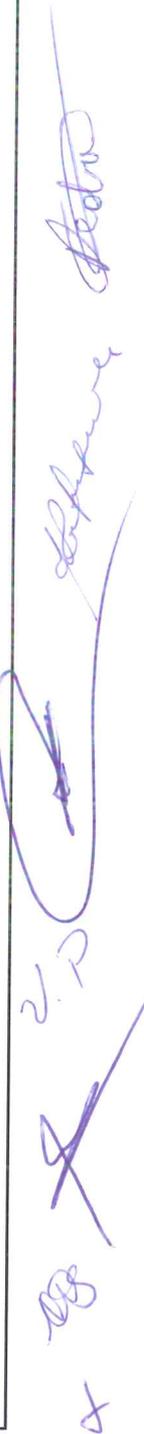












Adriana fala que o respaldo é a Lei Federal. Sr. Luiz fala que convidou até o Ministério Público Estadual. Mario fala que solicitou ao DNIT o projeto e que não recebeu resposta oficial. Cita presidentes de associações presentes e como representante da FAMMOPOCI sente-se frustrado por não saber nem a quem se dirigir. Sr. Luiz fala que a PMCI sugeriu uma comissão para ir ao DNIT para ficar sabendo o que eles possuem e ainda mostrar o projeto que desenvolvemos, apresentado aqui no CPDM, porém não obtivemos resposta oficial. Sapavini diz que estamos discutindo um "nada jurídico", que o DNIT apenas está fazendo estudo, medições, que não podemos fazer nada contra alguém que não fez nada, que apenas diz que vai fazer. Que quem manda no município são os munícipes, que não devemos nos justificar porque não queremos, eles é que precisam convencer. Precisam apresentar orçamento, projeto, pesquisa dizendo a viabilidade. Sr. Luiz fala que uma obra deste porte é necessária a apresentação de Termo de Referência ao Município, para que sejam demonstrados os impactos que serão causados ao município, com isto solicita a aprovação do EIV, fala que na verdade não temos nada e que é necessário aguardarmos um pronunciamento formal. Sapavini pergunta se as associações possuem personalidade jurídica para acionar o Poder Judiciário. Robson diz que sim. Sapavini diz que devem acionar o Poder Judiciário e impedir qualquer ação naquele lugar. Robson lê correspondência recebida do DNIT, assinada pelo Eng.º Reginaldo e que este documento já comunica a existência de pré-projeto. Entende que causará impactos diversos, que os moradores querem ser ouvidos. Sapavini diz que este documento pode ser utilizado para acionar o Judiciário, diz ainda que obra deste porte somente um juiz pode embargar e impedir a obra. Sr.ª Cacilda, moradora do bairro Amarelo, diz que representantes do DNIT já foram a sua casa (uma engenheira e um topógrafo) mediram, tiraram fotografias e que disseram que a obra se iniciará em Janeiro de 2009. Sapavini explica em que circunstâncias é possível a entrada na casa das pessoas. Robson fala que os representantes do DNIT dizem que quem não permitir que entre em suas casas, o imóvel será avaliado por fora. Sapavini diz que é apenas para impressionar, que a constituição, depois de proteção à vida, que é o bem maior, logo em seguida vem a proteção à propriedade. Sr. Luiz pergunta se os moradores foram comunicados da avaliação por escrito. Robson responde que não, que tentaram convence-lo que é melhor para o município. Roberto Moura, representante da associação de moradores do Bairro Paraíso diz que a associação é contra, porém apenas os moradores atingidos querem se manifestar, os que não serão atingidos querem ficar neutros. Roberto diz ainda que realizará um plebiscito no bairro para conhecer a vontade da maioria, que está mobilizando a população do bairro objetivando incentiva-los a se manifestar, pois grande parte dos moradores do bairro Paraíso é funcionário da Viação Itapemirim. Mario fala que a FAMMOPOCI quer respostas, que este assunto esta se arrastando por meses, que o presidente do CPDM não obteve resposta formal, que o DNIT já deveria ter vindo ao CPDM, que ninguém pode vir em Cachoeiro, fazer obra deste porte sem autorização do CPDM, fala que não estamos aqui brincando de ser

Alvaro

CPDM

CPDM

CPRB

CPDM

CPDM

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large signature and the initials "C.P."

conselheiro, que á foi a 06 (seis) reuniões com este tema, que esta é a 7.^a (sétima). Pergunta quantas reuniões serão necessárias para que a população obtenha resposta do DNIT. Diz que queremos a realização de obras em nosso município, mas com a nossa participação, diz ainda que Cachoeiro realmente necessita de viaduto, porém em local pior, solicita que seja incluída para a pauta da próxima reunião a presença do representante do DNIT. Reclama dos gastos feitos com projetos sem a participação da população. Sapavini explica que as despesas com os projetos e pesquisa são necessárias e que faz parte do orçamento do DNIT, que este não é nosso foco, nosso foco é a falta de informação, explica que devemos dar juridicidade ao caso e como funciona a lei. Explica como o juiz analisará o caso. Pergunta ao Valério se ele é contra ou a favor. Valério responde que, como representante do meio ambiente pode afirmar que sua secretaria não foi consultada a respeito do impacto ambiental que causará, por este motivo não possui subsídios para dar sua opinião. Faz a mesma pergunta ao Paulo Henrique, ao que responde que é contra, pois o viaduto prioriza os carros e a prioridade deve ser o transporte coletivo, como forma de valorização ao cidadão. Sapavini diz que deve ser assim, que ao apresentarmos a solicitação devemos ter fundamento, depois que se definir que realmente a maioria não quer a construção do Viaduto, veremos qual o caminho jurídico a ser tomado. Robson explica que foi consultar a respeito do Viaduto e constatou que os argumentos utilizados para justificar a construção não são verdadeiros, o primeiro argumento é que o local é o primeiro em acidentes, segundo ele, não procede. O outro argumento é que o local é o sexto em atropelamentos, segundo o mesmo, também não procede. Vera fala que os membros do conselho devem se pronunciar. Sr. Luiz fala que técnicos da PMCI, acompanhados por Sônia Raquel, conselheira e especialista em transito, foram ao DNIT e lá não foram atendidos, que a resposta que obtiveram foi a visita do Eng. Reginaldo que foi à SEMPLÓ, a comissão supra citada perguntou se o DNIT tinha estudo prévio, a resposta verbal foi que não tinham, que já era fato e que o projeto da rotatória, não seria avaliado. Vera fala que os conselheiros devem solicitar também a presença do Deputado Camilo Cola, que ele deve ser ouvido e seus argumentos apresentados. Que devemos ter estudo prévio que aborde os impactos, estudos apolíticos, estritamente técnicos. Guilherme fala que a reunião será um redemoinho enquanto não tivermos aqui um representante do DNIT. Que devemos emitir ofício ao DNIT com anexo contendo os nomes dos conselheiros e a entidade que representam, considera a localização do Viaduto um tanto duvidosa, porque existem locais mais perigosos. Que devemos obter o apoio da imprensa, que pode ajudar, cita exemplos em que a obra já era fato consumado e que a divulgação pela imprensa ajudou a solucionar o problema. Sr. Luiz sugere a elaboração das propostas, pois o conselho representa o poder público de forma bastante representativa, dada a importância das entidades que representam, concorda que as reuniões precisam ser divulgadas. Goreth lembra aos conselheiros a época da elaboração do PDM, que cada um deles representa a população sua presença é como se a população estivesse aqui, lê o artigo 35 do PDM “

Jejana

Robson

CCR

Paulo Henrique

Handwritten signature in blue ink, possibly "Vera".

Handwritten initials in blue ink, possibly "V.P."

Handwritten signature in blue ink, possibly "Guilherme".

Handwritten signature in blue ink, possibly "Goreth".

Handwritten signature in blue ink, possibly "Luiz".

É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana e Rural do Município mediante as seguintes instâncias da população: item II - Conselho do Plano Diretor Municipal." Pede que não se esqueçam do poder da população em escolher o que é melhor para o seu bairro. Maria Luíza fala que é necessário que se façam pesquisas nos bairros, para que se saiba a vontade da população, para que o conselho possa acampar a proposta. Robson fala que possui abaixo assinado com 3000 assinaturas. Roberto do bairro Paraíso não possui o número de moradores de seu bairro. Rogério fala que o mais sensato é a PGM entrar com recurso no Ministério Público solicitando o embargo da obra, até que o DNIT se pronuncie. Que é precipitado pedir ao conselho que se pronuncie sem conhecimento dos fatos. Neila sugere que seja feito um plebiscito, lembrando o ocorrido na causa do presídio Sr. Luiz diz que nesta ocasião houve manifestação geral da população contra o presídio. E que neste caso é necessário maior envolvimento da população em geral. Mario sugere audiência pública e pede maior objetividade. As propostas são elaboradas: 1.ª proposta – Solicitação do comparecimento do Deputado Camilo Cola à reunião do CPDM. 2.ª proposta – Emissão de ofício solicitando exposição técnica da solução que apresentam, com anexo contendo nomes dos conselheiros e entidades que representam. Vera sugere cautela preventiva. Votam e as propostas são aceitas pela maioria. Robson pergunta se com os elementos que possuem "correspondência do DNIT" é possível embargar a obra para que ela não aconteça. Sr. Luiz fala que só possuímos a correspondência e pré-projeto. Sapavini diz que não existe nada para embargar, "nada jurídico". Que é necessário provar a representatividade, pois cada causa tem valor pecuniário, e que quem perde pagará por ela. Pergunta se temos a representatividade e elementos para a causa. Lena sugere que os convites sejam divulgados na imprensa, se não obtivermos resposta, teremos elementos. Sr. Luiz diz que precisamos fazer abaixo assinado para termos representatividade, que necessitamos comprovar que a idéia é impopular, com a comprovação da representatividade. Rogério diz que não entende como uma obra deste porte pode se realizar, pois fere o EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança). Sr. Luiz fala que o EIV ainda não está regulamentado. Guilherme sugere que se divulgue o convite, o comparecimento e a falta também. Maria Luíza fala que os conselheiros só se pronunciarão com subsídios técnicos. Jairo também fala que só pode se pronunciar tecnicamente com obtenção de dados numéricos. Maria Luíza pergunta se Jairo conhece a sugestão da PMCI, Jairo diz que precisamos de outra sugestão, que o viaduto seria mais proveitoso no trevo de Guarapari. Neila sugere que a imprensa seja convocada para que a população conheça a situação e a insatisfação dos moradores do local. Sr. Luiz concorda e diz que daqui por diante será enviado convite a Comunicação Social da Prefeitura e ela convidará os outros meios de comunicação. Sapavini pede que sejam lidas as atas 22, 23 e 24 que foram enviadas por e-mail, aprovam e assinam as atas. Vera diz que se o Deputado não vier ao conselho, que seja feita moção por agravo. Valério justifica-se

Jeyaro

per

A

2

A

CCRB

que

+

Handwritten signatures and initials in purple ink on the right margin, including a large signature at the top, a circled signature in the middle, and several initials and marks at the bottom.

com o conselho a respeito de lei complementar que foi aprovada sem a participação do conselho, devido a falta de quorum da última reunião. Sr. Luiz pede que este assunto seja incluído na pauta da próxima reunião. Sr. Luiz fala de sua preocupação com os moradores dos bairros afetados e pede o apoio da FAMMOPOCI objetivando o apoio de outras associações. Sapavini fala que está aqui para dar juridicidade à associação. Robson pede que a outra reunião seja marcada em horário mais apropriado, que não houve representante do poder público na reunião dos moradores, que o povo está perdendo confiança no poder público, quer saber em quem acreditar e a quem recorrer. Nada mais havendo a tratar Sr. Luiz agradece a todos e encerra a reunião às dezoito horas.-----

1. Maria Luíza Jaccoud de Andrade, titular do CREA Dr. Luiz J de Andrade
2. Bruno S. Lima, suplente do CREA _____
3. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE Pedro
4. Hélio Carlos Campos Santos, suplente da Diocese Hélio
5. Cláudia Coutinho Rocha Bandeira, titular do Sindicato Rural Cláudia O. Rocha Bandeira
6. Vera Lúcia da Paz, titular da TRAMIRIM Vera Lúcia da Paz
7. Neila Madeira de Azevedo, titular da ADESA Neila Azevedo
8. Adriana Grillo Carreiro Sader, titular do CRECI Adriana Sader
9. Mario Cezar do Nascimento Moreira, suplente da FAMMOPOCI _____
10. Angela da Paula Barboza, titular da Câmara Municipal _____
11. Guilherme Gomes de Souza, titular do IBAMA _____
12. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF Sidney
13. Luiz Mota de Souza, titular da SEMPLO _____
Maria Goreth Cabral Pereira Camisão, suplente da SEMPLO Maria Goreth Camisão
14. Luana Cristina Silva Fonseca, suplente da SEMUS Luana
15. Lena Mara de Lima Bandeira, suplente da SEME Lena
16. Paulo Henrique Thiengo, titular da SEMAC _____
17. José Gomes Rangel Netto, titular da SEMDEC _____
18. Valério Raymundo, titular da SEMMA Valério Raymundo

Nota: Item 2. onde se lê CREA, entenda-se OAB, entidade representada nesta data pelo Adv. Dr. Bruno S. Lima

Bruno S. Lima